

A filha única, de Guadalupe Nettel: um olhar interseccional sobre a maternidade¹

A filha Única, by Guadalupe Nettel: an intersectional view over maternity

Gabriela Santos de CARVALHO*

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Alexandra Santos PINHEIRO**

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Clarice de Mattos GOULART***

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

RESUMO: O artigo analisa a questão da maternidade retratada em *A filha única* (2022), de Guadalupe Nettel. Na obra, a maternidade é explorada pelas protagonistas Laura, Alina e Doris. Laura decide não ser mãe e lida com os julgamentos de uma sociedade que ainda vê a maternidade como o destino inato da mulher. Alina dá à luz uma menina que tem uma condição rara no cérebro, enfrentando os desafios de ser mãe de uma criança com deficiência. E Doris cria sozinha seu filho, um menino com intensas crises de comportamento. Por meio da análise dessas personagens, é refletida a interseccionalidade da maternidade, com o objetivo de desconstruir os discursos universais sobre a função da mulher e a romantização deste papel. A pesquisa é bibliográfica e recorre ao estudo de teóricas do feminismo como: Badinter (1985; 2011), Pateman (1993), Schmidt (2012), Stevens (2005), Silva (2016) e Vieira (2018).

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Interseccionalidade. Romantização da maternidade.

ABSTRACT: The article analyses the issue of motherhood portrayed in *A filha única* (2022), by Guadalupe Nettel. The work presents three main characters who experience maternity: Laura, Alina, and Doris. Laura decides not to be a mother, and deals with judgements which come from a society that still sees maternity as a woman's innate destiny. Alina gives birth to a girl who carries a rare brain condition, facing the challenges of being the mother of a child with disabilities. And Doris raises, all by herself, her son, a boy with intense behavior crisis. These character's

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Mestranda pela Universidade Federal da Grande Dourados e bolsista Capes. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6444-5461>

** Doutora pela Unicamp. Docente associada da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista produtividade CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4119-4740>

*** Doutora pela Universidade Federal Fluminense e bolsista pó doc Universidade Federal da Grande Dourados. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9405-9115?lang=en>

analysis reflects maternity in its intersectionality, aiming at deconstructing the universal discourses around women's role, as much as the romantic idealization of this role. The research is bibliographic, based on studies by feminism theorists as: Badinter (1985; 2011), Pateman (1993), Schmidt (2012), Stevens (2005), Silva (2016), and Vieira (2018).

KEYWORDS: Maternity. Intersectionality. Romantic idealization of maternity.

Palavras iniciais

Durante um longo período histórico, a maternidade foi vista apenas como um fator biológico e uma condição natural da mulher, restrita ao espaço privado e emocional. Seguindo essa lógica, se o indivíduo é uma mulher, estaria em sua natureza ser mãe; não por acaso essa ideia foi fortalecida por grupos dominantes compostos de religiosos, médicos e psicólogos. Segundo o historiador Emanuel Oliveira de Araújo, do ponto de vista da sociedade colonial androcêntrica, a maternidade era o apogeu na vida de uma mulher. Levando isso em conta, para sacralizar a imagem da maternidade, a igreja perpetuava o mito de que, ao se tornar mãe, a mulher se distanciava de Eva, a pecadora, e se aproximava de Maria, a mulher virgem que concebeu a Jesus. Por conseguinte, “A toda-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina” (Araújo, 2004, p. 52).

Uma questão problemática é de que maneira a naturalização desse discurso impõe uma falsa ideia da obrigação da mulher em maternar. As mulheres que decidem não ser mãe carregam o fardo de negar a sua própria condição biológica, de acordo com as ideologias fundadas pela sociedade patriarcal. A estudiosa Terezinha Schmidt (2012) discute sobre a dicotomia entre Natureza/Cultura e as ficções que foram construídas em relação ao corpo feminino. A teórica retoma a ideia de natureza elaborada pelo filósofo Aristóteles a partir da diferenciação sexual. Para justificar por meio do discurso filosófico a origem das coisas e dos seres, Aristóteles (apud Schmidt, 2012) categorizou o homem como o ser vital, aquele que doa a substância (alma, forma), em oposição à mulher, caracterizada como um corpo objeto, que compõe o ser de modo passivo, somente com a matéria, ordinária à forma: “[...] a metáfora do corpo como pura matéria, associada à natureza, e os dualismos mente/corpo, razão/emoção, cabeça/coração [...] são constitutivos da concepção do feminino e matriz da noção popularizada até os dias de hoje, de que o sexo está na e é a mulher” (Schmidt, 2012, p. 04).

E assim, com a propagação de mitos como o de Aristóteles, a mulher foi considerada um “não ser”, um corpo desprovido de alma, luz e autonomia, isto é, um indivíduo insuficiente por “natureza”. Moldada como um ser inferior ao homem em todos os sentidos, até mesmo no aspecto cognitivo, o seu papel estava reduzido à faculdade de gerar, ser esposa e dona de casa, sempre devota ao seu marido. Qualquer mulher que ousasse ir além das funções que lhes foram ditadas por natureza seria rechaçada e vista com maus olhos pela sociedade patriarcal.

Essa subordinação e a imposição de alguns deveres destinados ao sexo feminino foram instituídas por um contrato sexual. A teórica política e feminista Carole Pateman (1993) remonta a história do contrato original, que tradicionalmente foi descrita como a história da liberdade. Há perspectivas duais sobre a origem do contrato original. Para alguns, ele adveio da substituição dessa liberdade instável dos homens no seu estado natural por uma liberdade civil e equitativa, garantida pelo Estado. Nos textos clássicos, entende-se que o contrato original surgiu após a revolta dos filhos contra a subordinação natural a seus pais; com isso, trocam o sistema paterno pelo governo civil. Entretanto, o que essas duas interpretações convencionais ocultam é o controle dos homens sobre as mulheres por meio da constituição de um contrato sexual. Enquanto “o contrato original é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição” (Pateman, 1993, p. 16).

Por conseguinte, o contrato sexual legitimava a dominação masculina sobre as mulheres, e o casamento era uma consolidação deste contrato. Ao se casar, as mulheres se tornavam propriedades de seus maridos, não eram donas nem mesmo de seus próprios corpos. Os filhos que as mulheres concebiam também não pertenciam a elas legalmente, mas sim ao marido que exercia o poder político e circulava entre os espaços públicos e privados. Apesar da maternidade conferir uma certa autoridade às mulheres na educação dos filhos, era o pai quem tinha a tutela das crianças e da esposa e era nele que os filhos deveriam se inspirar.

A pesquisadora Cristina Stevens (2005) argumenta que, contemporaneamente, as discussões sobre a maternidade alcançaram a esfera pública e tornaram-se um assunto ainda mais emblemático. É impossível falar universalmente da maternidade, já que existem experiências interseccionais em relação ao ato de matinar. A construção da mãe tradicional se une com a pluralidade de outras mães, a mãe lésbica, a mãe adolescente, a

mãe negra, a mãe adotiva, a mãe prisioneira, a mãe solo, a pessoa trans que materna, a mãe de aluguel, dentre tantas outras. Dessa forma, a heterogeneidade de mulheres também compreende a construção simbólica da figura mãe, que não deve se limitar a um retrato único e simplista; ao contrário, é preciso adotar uma perspectiva interseccional e considerar as relações de classe, raça, etnia, sexualidade, dentre outros aspectos.

Neste breve panorama da construção de um discurso que atrela o corpo da mulher à maternidade, não poderíamos deixar de destacar o trabalho de Elisabeth Badinter, *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Publicado na década de 1980, o livro foi ousado para sua época, questionando os discursos naturalizados.

Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. [...] Uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas”. E ela complementa: “é necessário constatar que há demasiadas exceções à regra do amor materno para que não sejamos forçados a questionar a própria regra (Badinter, 2011, p. 14).

A partir destas ponderações teóricas e críticas acerca da maternidade, nos propomos a analisar a obra *A filha única*, publicada em 2022 pela escritora mexicana Guadalupe Nettel. Pouco conhecida no Brasil, Nettel tece uma trama protagonizada por três mulheres, Laura, Alina e Doris. Cada uma das personagens, de uma certa forma, vive experiências distintas relacionadas à maternidade. Laura é mestranda em Letras e escolheu não ser mãe, se submetendo a uma laqueadura; Alina, melhor amiga de Laura, também não queria ser mãe até conhecer Aurelio, com quem decidiu formar uma família; Doris, vizinha de Laura, perdeu o marido em um acidente de carro e lida sozinha com as crises do seu filho, Nicolás. O romance abre espaço para uma série de reflexões, nas quais o tema da maternidade é abordado de maneira polifônica.

A autora, Guadalupe Nettel, nasceu na Cidade do México, em 1973. Sua literatura, marcada pela escrita de romances e contos, foi reconhecida pela academia a partir dos prêmios nacionais Antonio Artaud e Prêmio Nacional de Literatura Gilberto Owen; internacionalmente, recebeu o prêmio Anna Seghers, na Alemanha. *A filha única* foi finalista do prêmio britânico *Booker* e, na ocasião, em entrevista à *Folha de São Paulo*, Nettel destacou que “Existem tantas formas de ser mãe quanto existem de ser humano” (Guadalupe Nettel rasga o que é ser mulher em *A filha única*. *Folha de São Paulo*, 2023). Apesar de ser mãe de dois filhos, a autora expressou o desejo de que a obra também oferecesse visibilidade às mulheres que não desejam a maternidade:

Isso era visto de uma forma um tanto escandalizada, como se algo ruim tivesse acontecido ou elas carregassem um trauma ou algum defeito que as impeça de ter filhos. Acredito que há cada vez mais mulheres que decidem não gerar e que elas têm todo o direito de escolher o que querem da vida delas (Nettel, 2023).

É preciso lembrar, entretanto, que o pensamento da escritora contrasta com o contexto cultural de seu país de origem. Este contexto, inclusive, é abordado criticamente por Nettel em seu trabalho, e aparece como pano de fundo da trama de *A filha única*. No romance, o cenário narrado por Laura é sombreado com pinceladas do medo e das preocupações das personagens em relação à condição da mulher na sociedade mexicana. Ao descobrir que a amiga terá uma filha, Laura reflete: “‘Uma menina’, pensei, enquanto me passavam pela mente os perigos que isso implica num país como o nosso” (Nettel, 2020, p. 34). Em 2021, de acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, o México estava na lista dos países que registraram feminicídio igual ou superior a uma vítima a cada cem mil mulheres (OIG–CEPAL, 2023). Em 2009, a violência contra a mulher estava tão intensificada no México que o governo criou o “Táxi cor de Rosa”, programa que visa reduzir os índices de assédio contra as mulheres em táxis. Identificados pela cor rosa, os veículos são dirigidos por mulheres e atendem apenas o público feminino. Em entrevista recente, Guadalupe Nettel mostrou-se uma escritora crítica da violência de seu país, ainda dominado pelo discurso patriarcal:

Machista sigue siendo, vaya. López Obrador llegó a declarar que el feminismo era algo extranjerizante que no formaba parte de la cultura de México, un país que respeta a las mujeres, el mismo país donde son asesinadas once mujeres al día en lo que podemos llamar sin dudarlo feminicidio. Pero yo he sido muy crítica con todos los presidentes de mi país, no sólo con este. Y ahora que van a competir dos mujeres por la presidencia de mi país y, por lo tanto, por primera vez vamos a tener una presidenta de la República, tal vez las cosas comiencen a cambiar (Nettel, 2023).

As vozes de Laura, Alina e Doris convergem no debate acerca da maternidade. A opção por tecer a temática a partir da polifonia das personagens permite aos leitores se defrontarem com a maneira com que algumas mulheres alcançam a possibilidade de definir as suas escolhas livres das imposições sociais. Por outro lado, escancara o cotidiano de mulheres mães, mergulhadas nos desafios de uma maternidade apresentada sem romantismo.

Assim como a obra literária de Nettel, a análise promovida aqui também se faz polifônica. A subjetividade das pesquisadoras dialoga com estudiosas do feminismo,

historiadoras e filósofas que refletem acerca das correntes de pensamento e da historiografia da mulher e da temática da maternidade. Os mitos referentes à maternidade servem de suporte para se pensar nos *tabus* e inseguranças que ainda cercam o universo feminino, observados na obra a partir das experiências das protagonistas. A retomada do contexto histórico evidencia a opressão que as mulheres sofreram e ainda sofrem, já que o resquício discursivo do patriarcado permanece introjetado na sociedade. A análise de *A filha única*, por fim, destaca os engendramentos discursivos das ideologias associadas ao sexo feminino, construídas para manter as relações de subalternidade da mulher perante o homem.

1 A maternidade em *A filha única* (2022), de Guadalupe Nettel

Para romper com os valores patriarcais que foram sacralizados ao longo do tempo, atualmente, surgem obras literárias que desmistificam a romantização da maternidade. Entre essas obras, destacam-se títulos como *O peso do pássaro morto* (2017), de Aline Bei, *Casas Vazias*, de Brenda Navarro (2019), *Véspera* (2021), de Carla Madeira, *Uma Duas* (2011), de Eliane Brum, entre outras. Nessas tendências da literatura contemporânea encontramos a abordagem de condições plurais de maternidades, sem ocultar as dores, inseguranças e pressões sociais a que as mulheres são submetidas. No livro *A filha única*, a escritora mexicana Guadalupe Nettel revela alguns dos *tabus* e imposições sociais que cercam a maternidade.

A obra é narrada predominantemente por Laura, uma personagem que vai contra os rótulos e prescrições que foram naturalizadas em relação ao papel da mulher. A protagonista tem a carreira como prioridade e é apaixonada por literatura e viagens. Na primeira parte do livro, fala sobre como era sua rotina na França, preenchida com horas na biblioteca, teatro, bares e boates. Em meio à sua narrativa, a personagem afirma que mulheres com filhos jamais poderiam viver livremente. Pois, quando se trata da “maternidade”, as responsabilidades, geralmente, pesam mais para as mulheres. São raros os companheiros que assumem o papel de pai junto com a mãe. Laura era convicta do que queria para si e, por isso, sempre foi sincera em seus relacionamentos sobre o fato de não querer ter filhos:

Por isso, sempre que as coisas começavam a ficar sérias com um homem, eu apelava na mesma hora para superpopulação da Terra, um motivo poderoso e humanitário o bastante para que ele não me chamasse de amarga ou, pior ainda, de egoísta, como eles costumam denominar aqueles de nós que decidiram se furtar do papel histórico de nosso sexo (Nettel, 2020, p. 15).

No trecho acima, é possível observar que, ainda que Laura seja uma mulher bem-resolvida, ela se vê obrigada a justificar os motivos de não desejar ser mãe, para não ser rotulada como infeliz, egoísta ou amarga. Como já mencionado anteriormente, foram inventadas uma série de mitos referente à “mulher ideal”, e, por conseguinte, as mulheres que se opõem aos padrões instituídos pela supremacia masculina branca são categorizadas negativamente.

A mãe de Laura não conseguia, em um primeiro momento, compreender a escolha da filha em não ser mãe, pois ela considerava a maternidade como algo sagrado e um instinto de toda mulher. Quando Laura revelou que nunca teria filhos, a descoberta foi uma surpresa para sua mãe: esta temia que a filha se tornasse uma mulher sozinha e triste. Porém, em uma conversa com Laura, sua mãe confessa tudo que passou para criar seus dois filhos:

[...] ninguém me explicou como ser mãe nem me alertou sobre o grau de cansaço e desamparo que se sente [...] um cansaço sem fim – continuou ela na sala de jantar daquela casa emprestada. – Ninguém te conta isso quando fala sobre a maternidade. É um daqueles segredos que asseguram a continuidade da espécie. Entendo que você tenha decidido não ter filhos – disse ela sorrindo –, mas que tal um namorado? É importante ter alguém para amar, alguém para cuidar. Isso nos torna menos egocêntricos (Nettel, 2022, p. 42).

A fala da mãe de Laura expõe o nivelamento da outra face da maternidade, pois, por muito tempo, a maternidade foi estandardizada como algo essencial para a realização de uma mulher. Antes de 1970, segundo a filósofa Badinter (2011), a criança era um resultado previsível do casamento. Não diferente, a reprodução era paralelamente um instinto, um compromisso religioso e uma responsabilidade a mais com a preservação da linhagem. Nesse cenário, toda mulher “normal” ansiava em ter filhos, uma vez que essa vontade devia ser estabelecida como universal.

A mãe de Laura perpetua as visões patriarcais. Ainda que reconheça todas as dificuldades que vivenciou após ser mãe, não consegue se dissociar da ideia da maternidade como uma parte fundamental para a completude da mulher. Ela reforça esse pensamento quando sugere à filha que pelo menos arrume um namorado para ter alguém

para se ocupar e, desse modo, controlar o seu lado egoísta. De alguma maneira, as mulheres que não compactuam com os paradigmas definidos historicamente a seu sexo são estereotipadas como amargas, individualistas, radicais, desalmadas, entre outros atributos negativos.

Schmidt (2012) afirma que a estrutura do sistema capitalista se fundou na diferença definitiva entre reprodução e produção material de vida. Assim, por intermédio da segmentação entre os espaços do público e privado, e pela separação sexual do trabalho, reformulou e limitou a conexão entre o corpo feminino e a natureza, cuja finalidade foi incorporar os significados do termo mulher e restringi-lo à maternidade. Portanto, a imagem de um corpo feminino dócil, disciplinado e reprodutivo era conveniente para a cultura burguesa, que ascendia na nova configuração do mundo moderno, o que corroborou para que o modo de produção capitalista fortalecesse a lei patriarcal.

É pertinente pensar como esse modelo social e econômico estabelecido pelo sistema capitalista afetou as mulheres, que não tinham a maternidade como uma escolha e sim como uma obrigação. Na lógica capitalista europeia, as mulheres deveriam ficar em casa cuidando dos filhos e das incumbências do lar, enquanto o marido, “provedor do lar”, ocupava os espaços públicos.

Conforme aponta a pesquisadora transfeminista Helena Vieira (2018), na segunda onda do movimento feminista as mulheres passaram a questionar o modelo socialmente construído da “natureza feminina”. As feministas dessa onda refutaram o discurso biológico conferido ao sexo feminino, alegando que toda essa configuração era uma consequência da opressão patriarcal aos corpos das mulheres. Em razão disso, essa mobilização contra a natureza feminina e por uma compreensão dos instrumentos de criação das desigualdades e sujeições contribuiu, na perspectiva epistemológica, para defender o ingresso da mulher à esfera pública.

Com isso, buscou-se possibilitar o deslocamento da mulher do lar e dos papéis de cuidado para o mundo do trabalho, da educação, dos atributos legais que a identificam como um ser político com direitos e, sobretudo, com agência para planejar formas de lutar contra o sistema de dominação e manipulação do seu corpo. Como observa-se no texto literário a partir de Laura, uma personagem que se contrapõe ao que foi designado historicamente ao seu sexo, não aceitando as ideologias do patriarcado.

Alina, ao contrário de Laura, resolveu ser mãe e construir uma família ao lado de Aurelio. A princípio, a mudança de atitude da amiga foi um choque para Laura, que acabara de fazer uma laqueadura e terminar um relacionamento por manter intacta a sua convicção de não ceder à maternidade. Laura temia que sua amiga se transformasse em uma dessas mães que perdem totalmente a independência e passam a viver para o filho. Por outro lado, Alina não conseguiu engravidar facilmente, recorreu a várias clínicas de reprodução, até o momento que finalmente engravidou. Laura, apesar de não compartilhar mais os mesmos assuntos que a amiga, acompanhou-lhe em toda a sua trajetória.

No final do sétimo mês de gestação Alina descobriu que o cérebro de sua filha Inés não estava se desenvolvendo, a bebê tinha uma condição rara conhecida como microlisencefalia. Com isso, os pais entraram em desespero, uma vez que todos os planos e projetos que tinham feito durante a gestação foram frustrados. Eles precisavam decidir entre interromper a gestação ou seguir até o final da gravidez com a possibilidade, de acordo com as opiniões médicas, de que Inés morresse ao nascer. Apesar do sofrimento e da dificuldade em aceitar essa nova situação, os dois decidiram seguir com a gestação, mas com a certeza que ao nascer Inés não sobreviveria. Logo se preparam simultaneamente para o nascimento e funeral da bebê, mas se deparam com as contradições apresentadas pelo aparato jurídico mexicano em um contexto como este:

Por mais estranho que pareça, Aurelio não tinha autorização legal para fazer esses arranjos. Se a menina não fosse registrada (e assim era, pois ela nem havia nascido), só a família de Alina tinha o direito de se ocupar dela. Quando me contaram isso, fiquei pasma. Disse a mim mesma que tanto o sobrenome quanto o pátrio poder são deferências para com os homens assim que reconhecem seus filhos, quase como um dote. A verdade é que em nossa sociedade os filhos são atribuídos aos pais por opção e às mães, por obrigação (Nettel, 2022, p. 62).

A personagem narradora, Laura, problematiza no trecho acima a questão de o pai não ter responsabilidade legal alguma com o filho(a) antes de registrá-lo, enquanto a mãe não tem a mesma alternativa. A personagem ainda enfatiza que, no imaginário social, os deveres dos pais com os filhos são uma opção, porém os da mãe são uma obrigação. Cabe refletir sobre a diferença da ideia da “natureza” entre os sexos consoante aos estudos de Badinter (1985), pois, quando se trata do “homem”, principalmente o homem branco de classe privilegiada, este é isento dos compromissos domésticos do lar e da própria criação dos filhos.

Badinter (1985, p. 281) declara que houve uma ampliação significativa das responsabilidades maternas no fim do século XVIII, resultando em um declínio da função paterna. As justificativas criadas para camuflar as ideologias patriarcais se resumiam na inaptidão do pai em desempenhar um papel que exigia sutileza para a educação moral e física das crianças; ou mesmo como alegava M. Chambon (apud Badinter, 1985, p.281), a vida pública do pai que era incumbido de trabalhar o dia inteiro, não sobrando tempo e nem disposição para ocupar-se na educação de seus filhos.

Mais adiante, baseando-se nos escritos do autor L. A. Martin, de *Véducation des mères de famille ou la civilisation du genre humain par les femmes* (1834; 1883), Badinter (1985) conclui que ao pai ficou reservada a função mais fácil na criação dos filhos. O único dever do progenitor, nesse sentido, seria dar exemplo aos seus filhos de como ser um bom homem e cidadão, e às suas filhas caberia esclarecer a natureza atribuída ao seu sexo, de ser submissa ao homem.

Com isso, a questão elucidada pela personagem Laura é algo extremamente importante para uma reflexão acerca da isenção da responsabilidade paterna e da consequente sobrecarga ao papel materno. No enredo, Alina assume a função de solucionar sozinha todos os detalhes do provável funeral de Inés, já que o médico havia decretado que, ao nascer, sua filha morreria. Porém, Inés sobreviveu, o que foi um milagre e, ao mesmo tempo, um choque para os pais, sobretudo para a mãe. Alina ficou desesperada, pois não tinha se preparado para receber a filha viva, muito menos sabia lidar com uma criança naquela condição. A personagem chegou a desejar, mentalmente, que sua filha partisse, pois, caso vivesse, nem ela e nem a bebê teriam uma vida normal.

É evidente que o parto é considerado pela sociedade como um dos acontecimentos mais sublimes na vida de uma mulher; todavia, não é dada a devida atenção para as dores, inseguranças e pressões sociais a que as mulheres são submetidas nesse momento. Badinter (1985) tece uma discussão acerca da ideologia do sofrimento e sacrifício atrelados à maternidade, uma corrente de pensamento que começou a se consolidar a partir do final do século XIX e início do século XX. Em vista disso, a boa mãe seria aquela que estava disposta a sofrer e a se sacrificar pela felicidade do filho, sempre se colocando em último plano. Caso a mulher tivesse um comportamento contrário, ela era considerada uma “mãe ruim”, egoísta e insensível.

A reação da personagem Alina na narrativa, por exemplo, se fosse vista pela lógica dos valores criados para “mãe ideal”, seria condenável, uma vez que uma mãe nunca poderia desejar a morte do filho, por mais difícil que fosse criá-lo. No entanto, esses princípios jamais se basearam no sujeito feminino como um ser humano, de modo que a mulher mãe, nesse caso, é meramente um corpo passivo responsável por conceber, educar e manter saudável a criança.

A Dra. Mireles foi a única entre os médicos que se sensibilizou com a dor de Alina, pois se colocou no lugar de mulher e mãe. Ao notar o desespero de sua paciente, a médica resolveu dar-lhe a possibilidade de escolha sobre a vida ou morte da filha, entregando-lhe uma substância que daria a Inés uma morte indolor. Os demais especialistas que atenderam Alina não se preocuparam com o psicológico da personagem, tratando-lhe friamente, apenas como um corpo reprodutor. É marcante, neste sentido, o momento em que a personagem se viu rodeada por especialistas que discutiam o caso de Inés, nascida poucos dias antes e que, apesar de todos os prognósticos, teria alta em breve. Na sala de reunião, Alina foi repentinamente confrontada por uma das médicas, que abordou bruscamente o tema do aleitamento materno, sem ter em consideração a intimidade e o direito à privacidade de sua paciente puérpera:

Você já lhe deu o peito? – perguntou a pediatra de repente, em plena reunião. Alina negou com a cabeça.
– Vamos ver – disse ela, enquanto abria a bata de Alina na frente dos outros médicos, trazendo energicamente o corpo da menina para mais perto de seu seio esquerdo. – Você deve ajeitá-la assim. Com uma mão você a aperta e com a outra empurra a cabecinha dela em sua direção. Está vendo? Não é tão difícil. Inés abriu os lábios e engoliu o mamilo como se estivesse acostumada a fazer aquilo. Assim que sentiu a sucção, tudo ao redor de Alina começou a girar. Queria se levantar e sair correndo, mas não tinha forças nem para protestar (Nettel, 2020, p. 94).

Os corpos das mulheres estão inscritos em um sistema de dominação e determinismos biológicos fortemente moldados pelas relações de poder. A historiadora Mary Del Priore (2004) rememora como os corpos femininos, no período colonial, eram inferiorizados e manipulados pela medicina a partir de uma série de justificativas misóginas para explicar as escassas descobertas sobre a anatomia feminina. Visava-se associar o preceito da função biológica da mulher de (procriar e parir), ao valor moral e metafísico. Caso as mulheres negassem ou não pudessem ser mães, acreditava-se que seriam punidas com doenças que variavam da loucura e a melancolia à ninfomania. A narrativa de Nettel permite identificar as heranças deste pensamento colonial.

Após a maternidade, a rotina de Alina mudou completamente: preocupava-se com o estado de saúde da bebê, que a qualquer instante poderia ter uma convulsão e não resistir. Imersa nesse novo contexto, a personagem começou a pesquisar sobre a condição da filha e resolveu procurar uma terapeuta para o bebê. Ela encontrou uma profissional que lhe deu esperanças sobre a possibilidade de Inés se desenvolver mesmo com suas limitações.

Alina e Aurélio seguiram a divisão convencional das funções. Logo depois do nascimento da filha, à mãe ficou destinado o papel de cuidar da criança e da casa e, ao pai, o de trabalhar fora. Nesse novo contexto, Alina se dedicava exaustivamente à filha e acabou desenvolvendo uma compulsão por compras, pois no pouco tempo livre que tinha se distraía olhando e adquirindo utensílios, roupas e objetos variados. As mulheres nesses arranjos familiares conservadores são as mais prejudicadas, renunciam à sua carreira profissional e desejos individuais para cuidar dos filhos, maridos, parentes e etc., como sustenta Flávia Biroli:

Há uma série de desvantagens sociais associadas ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica, nos arranjos convencionais. A interrupção da carreira, a opção por empregos de menor carga horária, porém mal remunerados e a mobilidade social negativa associada às duas primeiras podem derivar da responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos pequenos, mesmo em sociedades nas quais não há impedimentos formais para que desempenhem trabalho remunerado. Nesse caso, salários mais baixos e menos oportunidades de acesso a recursos previdenciários quando atingem idade avançada definem, no longo prazo, uma situação relativa de maior vulnerabilidade para as mulheres (Biroli, 2014, p. 38).

Conforme a historiadora aponta na citação acima, a designação das funções de cuidadora do lar e dos membros familiares às mulheres é uma construção patriarcal que sentencia o sexo feminino a uma série de desigualdades sociais. Não obstante, como observa Badinter, em *O conflito: mulher e mãe* (2011, p. 19), a partir do momento em que uma mulher se torna mãe, o cuidado consigo mesma se transfigura para o esquecimento de si, e o “*eu quero tudo*” é convertido para o “*eu lhe devo tudo*”. Por um lado, para algumas mulheres, o nascimento de uma criança pode significar uma conquista, mas, para outras, se mostrará como um grande entrave. Muitas vezes, antes de optar por ter uma criança, as mulheres não contam com o lado oculto da maternidade, constituído pelo cansaço, decepção, solidão, bem como pela alienação, com a manifestação da culpa.

Em outro núcleo do enredo, é apresentada a história de Doris e seu filho Nicolás, também por meio da narrativa de Laura. Nicolás é uma criança extremamente volátil e agressiva, defere xingamentos e tem crises de fúria com frequência, dirigindo a raiva que sente à sua mãe, que não consegue acalmá-lo. Doris perdeu o marido em um acidente e desde então se recolheu à clausura, e, com isso, a rotina de seu filho limitava-se a ir de casa para a escola. De tanto escutar as crises de Nicolás e os desafios enfrentados por Doris, Laura acaba se aproximando dos dois e, inesperadamente, cria um afeto por Nicolás.

No decorrer do enredo, Doris entra em uma crise depressiva, não conseguindo mais se alimentar, cuidar do filho ou sair de casa, e Laura é quem dá suporte à vizinha nesse momento. Assim descobre que, antes de se casar, Doris tinha uma vida social agitada, tocava em uma banda e amava dançar e cantar, mas, depois do matrimônio, tudo isso ficou para trás, já que seu marido era possessivo e ciumento. Doris confia para Laura que seu esposo era extremamente violento e vê reflexos do seu ex-companheiro no próprio filho: “A única coisa que sinto é que estou farta da sua fúria e de suas grosserias constantes. Às vezes, digo a mim mesma que teria sido melhor não tê-lo. É horrível, você não acha? Mães normais não pensam esse tipo de coisa, não é?” (Nettel, 2022, p. 130).

No excerto anterior é nítido na fala da personagem o sentimento de culpa por não suportar o comportamento agressivo do próprio filho e, ao mesmo tempo, por desejar que este nunca tivesse nascido. Além disso, ela usa o termo “mães normais” para se autodepreciar, como se não pertencesse a essa categoria de mães que possuem padrões de comportamento ideais. Mais uma vez, nota-se o quanto os rótulos fixados pela sociedade patriarcal são tóxicos para as mulheres que se cobram a todo instante por não corresponder às expectativas alheias.

A relação conjugal de Doris deixou marcas profundas na sua vida e na de seu filho. Assim, a personagem se vê presa em um ciclo de violência que se perpetua através do menino que, como o pai, chama de *puta* a única mulher com quem convive em casa. A escritora e feminista Carmen da Silva (2016) desenvolve uma crítica acerca da objetificação da mulher no mercado matrimonial, visto que o corpo feminino era analisado como um produto no qual o quesito obrigatório era a virgindade e a pureza. Nas sociedades tradicionais o casamento foi considerado como uma ascensão para a mulher, embora o corpo feminino se tornasse propriedade exclusiva do homem. O marido, desse

modo, manipulava e dominava as mulheres conforme seus desejos; não raro acontecia o estupro conjugal, e o ventre da esposa era apenas um armazém para dar continuidade à espécie. Logo, os filhos homens seguiam as condutas do patriarca, sendo fiscais dos comportamentos e das ações maternas.

No que tange ao arrependimento e à simultânea culpa de Doris por conceber seu filho, estes não são algo anormal para uma mãe, como pensa a personagem. A maternidade nem sempre é uma escolha, muitas vezes o desejo de ser “mãe” nasce das imposições sociais, fortalecidas pelas instituições, família, intelectuais e grupos influentes. Para Badinter (2011), a maioria dos pais não têm uma noção do motivo que os fizeram conceber uma criança, é como se essa opção resultasse de uma norma instituída convencionalmente. Portanto, se um casal ou uma mulher opta por não ter filhos, logo são consideradas “anomalias”, do mesmo modo ocorre quando uma mãe demonstra não priorizar seu filho ou está infeliz com a maternidade.

O retorno do contato entre Laura e sua mãe provoca uma reviravolta no romance. A mãe de Laura ingressa em um grupo feminista, *La Colmena*, e passa por um processo de desconstrução das ideologias patriarcais que por muito tempo foram assimiladas por ela. Enfim, compreende a oposição de sua filha em relação à maternidade, e admite:

Bem, afinal, você estava certa em não querer ter filhos [...] A maternidade é uma imposição social [...] E quase sempre, impede que as mulheres façam algo de sua vida. Você tem que estar muito convencida de querer ser mãe antes de embarcar nessa aventura. Eu, por exemplo, parei de frequentar a universidade quando tive vocês e, é claro, de participar de assembleias. Agora estou recuperando essa parte esquecida de mim mesma (Nettel, 2022, p. 189).

A transformação do pensamento da mãe de Laura por meio do letramento feminista simboliza um renascimento da mulher que foi silenciada e teve uma parte de sua vida apagada quando se tornou mãe. Como fica claro na confissão, a personagem, após a maternidade, abdicou de seus estudos e das participações em assembleias para assumir o papel de mãe.

Na narrativa, o Coletivo feminista *La Colmena* traz a representação das lutas das mulheres contra a violência de gênero e as opressões patriarcais. Esse grupo acolhe mulheres de diferentes idades, classes e raças, oferece assistência psicológica e social àquelas que se encontram em condições de vulnerabilidade. Logo, essas mulheres formam uma comunidade de resistência, rompendo com as hierarquizações e a

universalização de seus corpos. No romance, há uma breve passagem que remete às manifestações feministas contra o feminicídio no México, e a descrição dessa mobilização destaca a interseccionalidade das integrantes do grupo.

Um fluxo interminável de mulheres com faixas e alto-falantes tinha tomado conta da rua. Havia de todos os tipos: jovens colegiais de uniforme, mães de família, funcionárias de escritório e mulheres mais velhas acompanhadas de suas netas. Algumas estavam com os rostos cobertos por lenços verdes, outras com bandanas tradicionais e balaclavas como as zapatistas. Seguravam cartazes com frases como CHEGA DE FEMINICÍDIOS, NEM UMA A MENOS, NÃO É NÃO, MEU CORPO ME PERTENCE (Nettel, 2022, p. 206).

No recorte acima, é imprescindível ressaltar a ideologia do feminismo comunitário implícita na narrativa da caracterização das identidades femininas que constituem tanto essa mobilização feminista como o próprio coletivo *La Colmena*. A ativista e feminista boliviana Julieta Paredes Carvajal (2020), uma das precursoras do feminismo comunitário, contribui para a ampliação da perspectiva feminista para além do feminismo hegemônico ocidental. Segundo a estudiosa, “feminismo é a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime” (Carvajal, 2020, p. 225). O objetivo principal do feminismo comunitário é descentralizar as ideologias do feminismo ocidental que, por um longo período, apenas atendeu aos interesses da mulher branca, burguesa e europeia.

O que Nettel enfatiza, contudo, não é a normalização deste cenário. Por meio de uma narrativa que tem como foco a amizade entre mulheres, o romance aborda processos de questionamentos das relações e encena alguns movimentos de transformação das personagens. Em vez de resignar-se ao seu espaço, Laura inquieta-se com os berros que atravessam as paredes do prédio e, apesar de afirmar não gostar de crianças, envolve-se, na medida do possível, na rotina de Doris. Laura então ultrapassa o espaço de sua casa e torna-se uma aliada de uma mulher que vive ao seu lado, e que experiêcia uma maternidade dolorosa e solitária. Operadora de telemarketing, vendendo produtos bancários via telefone, essa mãe ainda atravessa o luto de uma relação violenta, e experiêcia a imobilidade diante das agressões que vê o filho reproduzir, enquanto se pergunta se, em um relacionamento futuro, o Nicolás adulto também agirá de forma agressiva diante das pessoas que ama.

Portanto, no romance, as mulheres que integram o coletivo *La Colmena* formam uma comunidade por estarem inseridas em um mesmo espaço geográfico e lutando por uma causa em comum, e, por outro lado, possuem identidades e realidades plurais. O diferencial dos coletivos feministas comunitários é que dentro desses espaços políticos não há uma hierarquização separando as mulheres pela classe ou raça, ou seja, as relações de alteridade que movem as mulheres a pensarem de forma interseccional. Laura, não diferente da mãe, também tem suas convicções abaladas no decorrer de sua aproximação com Doris e Nicolás. A mulher que antes alegava que não gostava ou tinha o menor jeito com crianças, afeiçoa-se por uma criança problemática e sente necessidade de protegê-la. O afeto de Laura por Nicolás também se estende à Doris, e as duas personagens com realidades completamente distintas têm um envolvimento amoroso.

Apesar das personagens não se reconhecerem como lésbicas e se demonstrarem inseguras sobre essa relação, fica claro que Doris encontra em Laura carinho, atenção, respeito e admiração, coisas que nunca vivenciou em seu relacionamento abusivo com o pai de Nicolás. Laura, por sua vez, apaixona-se pela mulher forte, talentosa e espontânea, que Doris aos poucos vai desabrochando, quando está em sua companhia. O envolvimento amoroso das duas personagens no romance não necessita de rótulos, é justamente contra isso que ambas as mulheres resistem na narrativa ao passo que buscam a liberdade de “ser” que lhes foi negligenciada pelos sistemas de dominação da sociedade patriarcal.

É válido salientar que as personagens Alina, Doris e Laura compartilham, de modos distintos, as mesmas pressões e julgamentos por suas escolhas. Laura é o retrato da mulher moderna que prioriza sua ascensão profissional ao invés do matrimônio ou da maternidade, todavia é subjugada por ir contra os princípios dominantes. Alina luta para que sua filha possa sobreviver e se desenvolver, mas acaba ignorando todos os outros problemas, como sua compulsão por compras. Doris sofre um apagamento progressivo, desde o seu casamento até a maternidade. Ela deixou para trás todos os seus *hobbies* para se dedicar ao marido e ao filho. Essas três mulheres resistem mesmo com toda sobrecarga que é imposta a seu sexo, ao passo que protagonizam suas histórias e não escondem suas dores.

Esta imagem, desenhada pela ficção, vai ao encontro do que Verónica Gago relata quando pensa o contexto da América Latina contemporânea, no qual constata:

“muitíssimos lares, em seu sentido heteropatriarcal, se tornaram um inferno; são os lugares mais inseguros e onde se produz a maioria dos feminicídios, além de um sem-fim de violências ‘domésticas’ e cotidianas” (Gago, 2020, p. 129). Gago propõe esta avaliação apoiando-se em um entrelaçamento entre um arquivo feminista e suas elaborações sobre o que experiência empiricamente como ativista e pesquisadora. Seu livro

Com essa nova forma de construir política [...] ficou evidente que o regime de representação que nos foi imposto, que se sustenta de costas para a rua, não tem nada a ver com o modo feminista de fazer política e fazer história. Mais ainda, ficou demonstrado que a política já está se fazendo em outros territórios, que tem força para produzir um espaço doméstico não patriarcal (Gago, 2020, p. 129).

Em suma, este artigo contribuiu para uma reflexão crítica da maternidade, mediante a um diálogo com a obra *A filha única*, de Guadalupe Nettel, e as discussões de estudiosas e pesquisadoras da crítica feminista. Notou-se que os discursos acerca da “natureza feminina” ainda permanecem enraizados na sociedade patriarcal, e as mulheres que transgridem a lógica dominante sofrem com a represália do sistema hegemônico. No que concerne à maternidade, o texto literário analisado traz discussões imprescindíveis para se pensar na desconstrução da romantização da maternidade e dos julgamentos das mulheres que optam por destinos diferentes dos que lhes foram impostos historicamente. A pesquisadora Orna Donath comenta, em seu livro *Mães arrependidas*, que este tabu tem sido enfrentado em tempos mais recentes, como temos argumentado nesse artigo.

Considerações finais

Há também a polifonia de mulheres que fazem parte do acervo de leituras de Laura. Rita Segato está entre as escritoras que a narradora reconhece na biblioteca do coletivo *La Colmena*, enquanto Silvia Federici e Virginia Woolf aparecem na mesa de cabeceira da sua mãe, quando a personagem começa a se afiliar à vertente do feminismo comunitário. A presença dessas vozes aponta para um livro que dialoga com referências dos estudos de gênero e para uma narradora interessada em questionar modelos de pensamento e prática – inclusive os seus. No papel de uma pesquisadora, Laura leva essas reflexões para a narrativa da história de sua mãe, assim como para a de Doris e de Alina. Enquanto aguarda a realização do exame que revelará o sexo da filha de sua amiga de

infância, Laura imagina: “me perguntei como seria nosso mundo se, em vez de nomes como aqueles, nos fossem atribuídos conjuntos de letras, imagens como Nuvem sobre o Lago ou Brasa no Fogo, e nos deixassem decidir quais gêneros escolher ou inventar” (Nettel, 2022, p. 34).

Como temos ressaltado, consideramos interessante que o romance de Nettel encene tanto essa personagem que opta por não ser mãe quanto aquela que acolhe para si a tarefa da maternagem, e merece destaque que as condições nas quais Alina cria a filha também sejam tão demarcadas no decorrer da história. Assim, descobrimos que – além do apoio de Laura –, Alina conta primeiro com a ajuda de uma avó da criança; depois, com uma babá, cujos esforços são notáveis e não se limitam aos dias úteis. À distância de Nicolas, Inés desfruta de uma ampla rede de cuidados, financiados tanto pelo pai da criança quanto por um seguro-saúde particular. Por fim, Alina encontra nas redes sociais um grupo de pessoas que partilham suas histórias sobre a criação de bebês com microlisencefalia e que oferecem a esperança e o calor humano que contrastam com o tratamento oferecido por grande parte da equipe médica que acompanha o caso de Inés. E, mesmo com toda essa rede, a trama de Alina enfatiza as dores que sente na tarefa do maternar, que recaem em atividades compulsivas.

As três protagonistas, Laura, Doris e Alina, dão voz para assuntos que por muito tempo foram ignorados como, por exemplo, o lado obscuro da maternidade, quando as mães não são plenamente felizes, ao contrário, sentem-se sobrecarregadas, insatisfeitas e, muitas vezes, até arrependidas de se tornarem mães. Também é apresentada ao leitor a mulher que decide não ser mãe, e mesmo com todos os julgamentos e questionamentos sobre sua índole, não se deixa persuadir.

Por meio das pesquisas da filósofa Badinter (1985:2011) sobre o mito do amor materno e os conflitos entre a mulher e a maternidade, compreendeu-se que às mulheres ao longo da história foi ensinado que a maternidade é um destino inalienável. Essa ideia é reforçada institucionalmente e socialmente por meio da igreja que considera a maternidade como um elo sagrado que possibilita a redenção da mulher, ou mesmo, pelas pressões no seio familiar ou nos grupos de amigos. As mulheres que optam por não ter filhos logo são caracterizadas como egocêntricas, desnaturadas, frustradas.

Por fim, é válido ressaltar que este estudo objetivou trazer uma perspectiva mais humana acerca dos dilemas vivenciados pelas mulheres, desde as que decidem ser mães

até àquelas que escolhem traçar outros caminhos. Nesse trabalho, não se visou romantizar ou estigmatizar a maternidade, mas sim refletir, por meio da criação literária, que existem contextos plurais e que cada mulher terá uma experiência distinta sobre o que é ser mãe. Espera-se que esta pesquisa promova a desmistificação da universalização das ideologias referentes à maternidade e aos padrões de comportamento feminino.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ARJONA, Daniel. Guadalupe Nettel: Quién es capaz de decir que nuestras sociedades son felices? **Zenda: autores, libros y compañía**, Madrid, out. 2023. Disponível em: <https://www.zendalibros.com/guadalupe-nettel-quien-es-capaz-de-decir-que-nuestras-sociedades-son-felices/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Tradução: Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BIROLI, Flávia. Justiça e família. *In*: Miguel, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 194-204.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

GAGO, Verónica. **A potência feminista**: ou o desejo de transformar tudo. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

ROSA, Paola Ferreira. 'Existem tantas formas de ser mãe quanto existem de ser humano', diz finalista do Booker. **Folha de S. Paulo**, 8 maio 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/05/guadalupe-nettel-rasga-o-que-e-ser-mulher-em-a-filha-unica-finalista-do-booker.shtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

HANASHIRO, Carolina. Contra o assédio, cidade no México introduz táxi cor-de-rosa para as mulheres. **BBC News Brasil**, out. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091007_taxi_mulheres_mexico_ch_np. Acesso em: 27 out. 2023.

NETTEL, Guadalupe. **A filha única**. Tradução: Silvia Massimini Felix. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2022.

OIG: CEPAL. **Indicadores de Femicídio**. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/feminicidio-ou-femicidio>. Acesso em: 27 out. 2023.

PATEMAN, Carole. As mulheres, os escravos e os escravos assalariados. *In*: _____. **O Contrato Sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SCHIMIDT, Rita. Para além do dualismo natureza / cultura: ficções do corpo feminino. **Revista Organon**, UFRGS, n. 52. v. 27, 2012. p. 233-262.

STEVENS, Cristina. Resignificando a maternidade. **Psicanálise e Literatura**. Niterói, v. 5, p. 65-79, 1. sem. 2005.

SEGATO, Rita Laura. Território, Soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, n. 3, v. 12, 2005.

SILVA, Carmem. Maternidade não é obrigação. *In*: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016, p. 421.

VIEIRA, Helena. Abolição da natureza feminina: gênero e contestação. *In*: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.